



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 98069 de 27/03/2013
Edição Eletrônica nº 19543



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2012**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****1. APRESENTAÇÃO**

Por meio deste Relatório de Administração, conforme determina a Lei 6.404/76, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc apresenta os resultados do seu desempenho organizacional, relativo ao exercício de 2012.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O PIB mundial cresceu aproximadamente 3,2% no ano de 2012, segundo estimativas divulgadas pelo FMI. A economia dos países emergentes e em desenvolvimento cresceu em média 5,3%, enquanto a das economias avançadas cresceu 1,3%. A inflação acompanhou o crescimento nos países emergentes, apresentando-se na média de 7,2%, ao passo que nas economias avançadas o avanço dos preços foi menor, ficando em 2,7%, na média.

A economia brasileira cresceu 0,87% em 2012, abaixo até da média de crescimento das economias avançadas. Esse valor é resultado do crescimento do consumo das famílias e do gasto do governo, de 3,07% e 3,2%, respectivamente, contido pela retração de 4,01% do investimento. Essa retração ocorreu a despeito dos incentivos fiscais e da redução da taxa Selic, que foi de 10,5% em janeiro para 7,25% no fim do ano. Pressionado pelo crescimento do consumo, o IPCA acumulado do ano atingiu 5,84%, embora ainda dentro da margem superior da meta estabelecida pelo governo. O desemprego, apesar da queda da produção industrial em 2,56%, continuou bastante baixo, atingindo 4,6% em dezembro.

Ainda que Santa Catarina tenha registrado um saldo positivo de empregos formais no ano de 2012, no montante de 53.840, esse saldo representou um recuo de 28% em relação

ao ano anterior. Além disso, a produção industrial retraiu 2,65% em relação a 2011, ano em que a indústria já havia registrado queda.

3. DESEMPENHO ORGANIZACIONAL**3.1. Desempenho Operacional**

A carteira de crédito do Badesc, que totaliza o somatório das operações de crédito ativas, registrou o expressivo aumento de 87,20%, totalizando R\$ 632.43 em dezembro de 2012, se comparado o mesmo período em 2011. O setor privado detém a maior fatia da carteira de crédito, com 56,88% das operações ativas, seguido pelo setor público que apresenta 43,12% da carteira de crédito.

As operações de crédito contratadas no ano de 2012 totalizaram R\$ 407,68 milhões, que representa um crescimento de 21,28% em relação ao mesmo período do ano anterior. As contratações junto ao setor privado catarinense somaram R\$ 182,31 milhões, o que demonstra um aumento de 50,03% se comparado ao exercício de 2011.

Do total aplicado no desenvolvimento da economia do nosso Estado, as operações junto ao setor público – relacionadas diretamente às melhorias na infra-estrutura pública municipal – foram responsáveis por 48,16% das operações de crédito, enquanto 44,68% das operações foram destinadas ao setor privado, e 7,16% foi destinado ao programa Microcrédito de Santa Catarina.

Destaque para as operações de crédito contratadas com recursos de repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, que totalizaram R\$ 127,47 milhões, um crescimento de 110,85% em relação a 2011.

Outro destaque foi o Programa de Microcrédito de Santa Catarina, que contratou para as 19 OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – catarinenses que atuam no setor o total de R\$ 29,19 milhões, montante 55,02% superior ao mesmo período de 2011. Estão incluídos nesta soma os repasses específicos para o Juro Zero, programa de apoio ao microempreendedor individual formalizado do Governo do Estado.

3.2. Desempenho econômico-financeiro

O lucro líquido apurado para o exercício de 2012 foi de R\$ 41,43 milhões, resultado superior em 1.778,95%, se comparado ao resultado de 2011.

O patrimônio líquido alcançou R\$ 479,65 milhões, apresentando crescimento de 5,30% nos últimos 12 meses. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 8,64%, muito superior ao retorno obtido no exercício anterior, igual a 0,48%.

Os ativos somaram R\$ 763,33 milhões, crescimento de 11,27% em comparação com o ano anterior. O retorno sobre o ativo total para o exercício de 2012 foi de 7,76%, também superior aos 2,79% observados no mesmo período de 2011.

4. PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL

A Fundação Cultural Badesc, criada através da Lei Estadual nº 13.438/2005, se propõe a manter eventos culturais e sociais à comunidade catarinense. Durante o período foram realizadas ações como o Cineclube, Tai-chi-chuan, Programa de Ação Educativa – PAE, Exposições e Eventos Culturais. Através da Lei Rouanet, são apoiados projetos culturais com investimentos financeiros na arte e na cultura de Santa Catarina.

A Diretoria**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em reais mil)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	337.694	409.198	CIRCULANTE	62.561	71.953
Disponibilidades	15	7	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (nota 7)	37.330	45.260
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	144.726	307.282	BNDES	31.332	41.385
Carteira Própria	140.840	307.282	FINAME	5.998	3.220
Vinculados à Prestação de Garantias	3.886	-	Outras Instituições	-	655
Operações de Crédito (nota 4)	186.723	100.543	Outras Obrigações	25.231	26.693
Setor Público	112.396	35.370	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	24	33
Setor Privado	84.459	80.426	Sociais e Estatutárias (nota 8)	10.075	3.231
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.132)	(15.253)	Fiscais e Previdenciárias	4.938	12.207
Outros Créditos (nota 4)	4.699	1.113	Diversas (nota 9)	10.194	11.222
Rendas a Receber	5	1	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	221.113	158.539
Diversos	4.745	1.207	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (nota 7)	184.300	127.854
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(51)	(95)	BNDES	146.985	109.758
Outros Valores e Bens	1.531	253	FINAME	36.660	18.096
Outros Valores e Bens	2.038	38	Outras Instituições	655	-
(-) Provisões para Desvalorizações	(722)	-	Outras Obrigações	36.813	30.685
Despesas Antecipadas	215	215	Sociais e Estatutárias (nota 8)	23.775	12.608
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	422.398	273.106	Diversas (nota 9)	13.038	18.077
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	13.298	70.872	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	479.653	455.507
Carteira Própria	11.449	55.203	Capital (nota 11)	490.205	490.205
Vinculados à Prestação de Garantias	1.849	15.669	Prejuízos Acumulados	(10.552)	(34.698)
Operações de Crédito (nota 4)	403.851	193.203			
Setor Público	160.340	41.751			
Setor Privado	275.240	180.294			
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(31.729)	(28.842)			
Outros Créditos (nota 4)	5.157	6.970			
Diversos	9.069	10.505			
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.912)	(3.535)			
Outros Valores e Bens	92	2.061			
Outros Valores e Bens	-	2.843			
(-) Provisões para Desvalorizações	-	(1.058)			
Despesas Antecipadas	92	276			
PERMANENTE	3.235	3.695			
Investimentos	8	8			
Outros Investimentos	4.125	4.125			
(-) Provisão para Perda	(4.117)	(4.117)			
Imobilizado de Uso (nota 6)	3.202	3.620			
Imóveis de Uso	3.255	3.255			
Outras Imobilizações de Uso	4.684	5.499			
(-) Depreciações Acumuladas	(4.737)	(5.134)			
Intangível (nota 6)	25	67			
Ativos Intangíveis	1.429	1.429			
(-) Amortização Acumulada	(1.404)	(1.362)			
TOTAL DO ATIVO	763.327	685.999	TOTAL DO PASSIVO	763.327	685.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em reais mil)

	2012		2011
	Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	46.370	92.990	106.206
Operações de crédito	38.041	69.033	61.614
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.329	23.957	44.592
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	511	(19.042)	(48.582)
Operações de empréstimos e repasses	(5.898)	(11.236)	(12.115)
Obrigações em Operações de Venda ou Transf. De Ativos Financeiros	(192)	(243)	(178)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.601	(7.563)	(36.289)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	46.881	73.948	57.624
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.480)	(14.996)	(38.877)
Receitas de Prestação de Serviços	2.734	4.036	1.732
Despesas de Pessoal	(13.604)	(27.158)	(21.181)
Outras despesas administrativas	(4.431)	(9.312)	(9.199)
Despesas tributárias	(2.570)	(5.451)	(4.314)
Outras receitas operacionais	7.787	25.501	1.407
Outras despesas operacionais	(1.396)	(2.612)	(7.322)
RESULTADO OPERACIONAL	35.401	58.952	18.747
OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS	289	317	391
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	35.690	59.269	19.138
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(6.976)	(17.838)	(16.933)
Provisão para imposto de renda	(5.089)	(13.073)	(12.414)
Provisão para contribuição social	(1.887)	(4.765)	(4.519)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO	28.714	41.431	2.205
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	26.190	26.190	7.310
Lucro do semestre/ exercício por ações	0,1476	0,2130	0,0113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em reais mil)

	2012		2011
	Semestre	Exercício	Exercício
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	28.714	41.431	2.205
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício			
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Efeito do Juros Sobre o Capital Próprio na Demonstração de Resultado	(17.284)	(17.284)	(4.825)
Constituição (reversão) da Provisão para Risco de Crédito	(6.637)	7.427	34.866
Constituição (reversão) da Provisão para Contingências Trabalhistas e cíveis	(3.605)	(4.395)	3.930
Constituição (reversão) da Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	(336)	174
Constituição (reversão) da Provisão Outros Créditos	145	602	1.925
Depreciação/Amortização	256	532	767
Lucro Líquido Ajustado	1.589	27.977	39.042
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Títulos e Valores Mobiliários	13.994	33.638	18.633
Operações de Crédito	(184.781)	(304.255)	(64.762)
Outros Créditos	(1.699)	(2.375)	(383)
Outros Valores e Bens	86	1.026	(555)
	(172.400)	(271.966)	(47.067)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Estatutárias	21.419	18.011	(1.336)
Outras Obrigações	(11.823)	(8.950)	4.937
	9.596	9.061	3.601
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(161.215)	(234.928)	(4.424)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(43)	(73)	(508)
(Aumento)/diminuição líquida do ativo imobilizado			
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(43)	(73)	(508)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-
Aumento(Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	38.612	48.516	(9.635)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	38.612	48.516	(9.635)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(122.646)	(186.485)	(14.567)
Modificações na Posição Financeira			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	243.450	307.289	321.856
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	120.804	120.804	307.289
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(122.646)	(186.485)	(14.567)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais mil)

Eventos	Capital realizado	Aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos do Início do Período em 01/01/2011	490.205	-	(32.079)	458.126
Lucro líquido do exercício	-	-	2.205	2.205
Juros sobre o capital próprio (Efeito Líquido)	-	-	(4.825)	(4.825)
Saldos em 31/12/2011	490.205	-	(34.699)	455.506
Mutações do Período	-	-	(2.620)	(2.620)
Saldos do Início do Período em 01/01/2012	490.205	-	(34.699)	455.506
Lucro líquido do exercício	-	-	41.431	41.431
Juros sobre o capital próprio (Efeito Líquido)	-	-	(17.284)	(17.284)
Saldos em 31/12/2012	490.205	-	(10.552)	479.653
Mutações do Período	-	-	24.147	24.147
Saldos do Início do Semestre em 01/07/2012	490.205	-	(21.982)	468.223
Lucro líquido do semestre	-	-	28.714	28.714
Juros sobre o capital próprio (Efeito Líquido)	-	-	(17.284)	(17.284)
Saldos em 31/12/2012	490.205	-	(10.552)	479.653
Mutações do Período	-	-	11.430	11.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC surgiu no cenário catarinense sob a forma de Banco de Desenvolvimento, tendo como denominação social inicial "Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC", constituído na forma de sociedade anônima de economia mista, criado pela Lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, e instalado oficialmente em 1º de agosto de 1975.

A partir da Lei nº 10.912, de 15 de setembro de 1998, e através da ata do Conselho de Administração do dia 19 de janeiro de 1999, foi transformado em Agência de Fomento, passando a denominar-se **Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - Badesc**.

Suas tarefas estão ligadas aos diagnósticos setoriais e regionais para fundamentar a ação de planejamento do Estado e aos investimentos ao setor produtivo e de infra-estrutura, fundamentais ao desenvolvimento de Santa Catarina.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC avaliou os eventos subsequentes até 19 de março de 2013, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a. Apropriação de receitas e despesas**

A apuração do resultado é feita pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos circulante e a longo prazo

A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Imobilizado de uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo que os adquiridos após essa data estão demonstrados ao custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculados pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 6.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e. Ativo intangível

O intangível é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização, que é calculada pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 6.

O ativo intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

f. Operações de crédito e as obrigações por repasses

As operações de crédito e as obrigações por repasses estão ajustadas a valor presente, calculado "pro-rata temporis", até a data dos balanços, em conformidade com as taxas pactuadas contratualmente e normas específicas.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o Banco Central do Brasil através do art. 9º da Resolução nº 2.682/99.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com os critérios próprios da Instituição estabelecidos na Resolução da Diretoria nº 15/12, de 12 de dezembro de 2012, e de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil - BACEN.

h. Provisões para férias e décimo terceiro salário

As provisões para férias e décimo terceiro salário são calculadas sobre a remuneração dos servidores de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo), e com os respectivos encargos sociais, atualizados até a data dos balanços.

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% do que exceder a R\$ 240 mil/ano do resultado antes do IRPJ. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

j. Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As Contribuições para o PIS - PASEP foram calculadas à alíquota de 0,65%, observada a base de cálculo definida em Lei.

A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, instituiu a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS para as Instituições Financeiras, passando a incidir sobre os fatos geradores ocorridos a partir de fevereiro de 1999, à alíquota de 4% sobre a Receita Bruta ajustada na forma da Lei.

k. Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis requer que a administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas

demonstrações contábeis e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

l. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e Relações Interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

m. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Resolução nº 3.604, de 29 de agosto de 2008, do Banco Central do Brasil instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa. Também, dispensou a obrigatoriedade de elaboração e publicação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (Doar), a partir da data-base de 31 de dezembro de 2008.

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS**a. Operações de crédito**

	2012			2011		
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
Empréstimos e financiamentos - Setor Público	112.396	160.340	272.736	35.370	41.751	77.121
Empréstimos e financiamentos - Setor Privado	82.892	254.185	337.077	78.557	159.526	238.083
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.567	21.055	22.622	1.868	20.768	22.636
	<u>196.855</u>	<u>435.580</u>	<u>632.435</u>	<u>115.795</u>	<u>222.045</u>	<u>337.840</u>
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.132)	(31.729)	(41.861)	(15.253)	(28.842)	(44.095)
	<u>186.723</u>	<u>403.851</u>	<u>590.574</u>	<u>100.542</u>	<u>193.203</u>	<u>293.745</u>

b. Outros créditos

	2012			2011		
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
Devedores para compra de valores e bens	764	1.323	2.087	866	1.680	2.546
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51)	(84)	(135)	(95)	(175)	(270)
	<u>713</u>	<u>1.239</u>	<u>1.952</u>	<u>771</u>	<u>1.505</u>	<u>2.276</u>

DIVERSOS

	2012			2011		
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	213	-	213	171	-	171
Devedores para depósito em garantia	-	6.351	6.351	104	7.439	7.543
Devedores para compra de valores e bens	764	1.323	2.087	866	1.680	2.546
Devedores diversos - País	93	1.395	1.488	9	1.386	1.395
Impostos e contribuições a compensar	3.675	-	3.675	57	-	57
	<u>4.745</u>	<u>9.069</u>	<u>13.814</u>	<u>1.207</u>	<u>10.505</u>	<u>11.712</u>
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa						
Com características de concessão de crédito	(51)	(84)	(135)	(95)	(175)	(270)
Sem características de concessão de crédito	-	(3.828)	(3.828)	-	(3.360)	(3.360)
	<u>(51)</u>	<u>(3.912)</u>	<u>(3.963)</u>	<u>(95)</u>	<u>(3.535)</u>	<u>(3.630)</u>

A rubrica devedores por compra de valores e bens registra os valores a receber decorrentes da alienação de bens em leilão. Tais operações são apresentadas juntamente com as operações de crédito, em função do risco e da constituição de provisão em montante julgado suficiente para fazer face a perdas prováveis na realização dos referidos créditos. A referida rubrica compõe o subgrupo de outros créditos conforme apresentado acima.

c. Classificação por tipo de operação

	2012			2011		
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
Operações de crédito	196.855	435.580	632.435	115.795	222.045	337.840
Outras operações	764	1.323	2.087	866	1.680	2.546
	<u>197.619</u>	<u>436.903</u>	<u>634.522</u>	<u>116.661</u>	<u>223.725</u>	<u>340.386</u>
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.183)	(31.813)	(41.996)	(15.348)	(29.017)	(44.365)
	<u>187.436</u>	<u>405.090</u>	<u>592.526</u>	<u>101.313</u>	<u>194.708</u>	<u>296.021</u>

d. Classificação por níveis de risco, prazos e provisão

											2012
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso normal											
• Até 180 dias	54.353	22.189	4.252	2.493	2.260	1.388	999	865	5.146	93.945	14,81
• De 181 a 360 dias	58.420	28.904	5.042	3.172	1.664	2.228	458	809	2.977	103.674	16,34
• Acima de 360 dias	179.787	156.381	32.715	17.553	4.451	15.889	3.221	6.488	13.273	429.758	67,73
Subtotal	292.560	207.474	42.009	23.218	8.375	19.505	4.678	8.162	21.396	627.377	98,87
Curso anormal											
• De 15 Até 60 dias	327	1.057	289	138	39	540	64	11	813	3.278	0,52
• de 61 até 180 dias	60	-	-	175	98	876	3	43	1.417	2.672	0,41
• De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	350	-	9	836	1.195	0,19
Subtotal	387	1.057	289	313	137	1.766	67	63	3.066	7.145	1,13
Total	292.947	208.531	42.298	23.531	8.512	21.271	4.745	8.225	24.462	634.522	
%	46	33	7	4	1	3	1	1	4	100	
PROVISÃO	-	1.043	423	706	851	6.381	2.373	5.758	24.461	41.996	

											2011
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso normal											
• Até 180 dias	17.189	21.305	4.987	1.034	6.687	414	803	1.139	5.926	59.484	17,48
• De 181 a 360 dias	18.564	22.348	5.606	1.148	3.627	405	473	727	4.281	57.179	16,80
• Acima de 360 dias	62.557	96.402	21.928	7.201	2.548	1.315	2.479	4.049	23.056	221.535	65,08
Subtotal	98.310	140.055	32.521	9.383	12.862	2.134	3.755	5.915	33.263	338.198	99,36
Curso anormal											
• De 15 Até 60 dias	-	104	79	50	4	15	40	21	348	661	0,19
• de 61 até 180 dias	-	-	-	-	-	22	56	45	666	789	0,23
• De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	3	15	-	720	738	0,22
Subtotal	-	104	79	50	4	40	111	66	1.734	2.188	0,64
Total	98.310	140.159	32.600	9.433	12.866	2.174	3.866	5.981	34.997	340.386	
%	29	40	10	3	4	1	1	2	10	100	
PROVISÃO	-	701	326	283	1.286	652	1.933	4.187	34.997	44.365	

e. Composição por atividade econômica

	Prazo de vencimento (em dias)					
	2012			2011		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor privado						
Indústria	35.892	124.830	162.809	43.039	72.400	115.439
Comércio	21.619	45.593	67.212	16.548	26.982	43.530
Outros serviços	25.381	83.762	109.143	21.987	59.673	81.660
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.567	21.055	22.622	1.868	20.768	22.636
	84.459	275.240	361.786	83.442	179.823	263.265
Setor público						
Administração direta municipal	111.616	159.952	271.568	34.587	40.589	75.176
Outros serviços - Serviço público municipal	780	388	1.168	783	1.162	1.945
	112.396	160.340	272.736	35.370	41.751	77.121
	196.855	435.580	634.522	118.812	221.574	340.386

f. Composição por faixa de valor e nível de risco

Operações	Composição por montante - 2012										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	
Até R\$ 10.000	-	52	11	51	12	9	2	29	21	187	
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	46	249	-	359	16	-	17	17	59	763	
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	221	1.960	245	502	138	128	45	68	324	3.631	
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	1.506	4.255	673	275	231	-	150	50	250	7.390	
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	26.871	30.665	7.926	3.466	1.887	1.690	778	315	4.234	77.832	
Acima de R\$ 500.000	264.303	171.349	33.443	18.877	6.229	19.444	3.753	7.747	19.574	544.719	
	292.947	208.530	42.298	23.530	8.513	21.271	4.745	8.226	24.462	634.522	

Operações	Composição por montante - 2011										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	
Até R\$ 10.000	32	120	4	41	9	9	17	-	176	408	
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	64	146	17	233	20	10	22	18	247	777	
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	171	1.970	195	468	183	70	103	73	679	3.912	
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	905	4.471	508	324	539	-	109	83	1.092	8.031	
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	10.917	28.691	7.894	1.283	975	138	1.281	523	8.237	59.939	
Acima de R\$ 500.000	86.222	104.760	23.982	7.085	11.141	1.946	2.333	5.284	24.566	267.319	
	98.311	140.158	32.600	9.434	12.867	2.173	3.865	5.981	34.997	340.386	

g. Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por níveis de risco

Nível de risco	% de Provisionamento	2012		2011	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	0,0%	292.947		98.310	
A	0,5%	208.530	1.043	140.159	701
B	1,0%	42.298	423	32.600	326
C	3,0%	23.530	706	9.433	283
D	10,0%	8.513	851	12.866	1.287
E	30,0%	21.271	6.381	2.174	652
F	50,0%	4.745	2.373	3.866	1.933
G	70,0%	8.226	5.758	5.981	4.186
H	100,0%	24.462	24.461	34.997	34.997
		<u>634.522</u>	<u>41.996</u>	<u>340.386</u>	<u>44.365</u>
(-) Devedores para compra de valores e bens		(2.087)	(135)	(2.546)	(270)
(-) Coobrigações em Cessões de Crédito		(2.882)	14	(1.919)	(10)
		<u>629.553</u>	<u>41.875</u>	<u>335.921</u>	<u>44.085</u>

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão constituída na forma indicada na nota nº 4.g apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	2012	2011
Provisão para operações de crédito		
Saldo inicial	50.111	19.399
Acréscimos/ decréscimos no período	(6.369)	31.318
	<u>43.742</u>	<u>50.717</u>
Provisão para outros créditos		
Saldo inicial	368	1.613
Acréscimos/ decréscimos no período	(233)	(1.343)
	<u>135</u>	<u>270</u>
Provisões Baixadas Como Prejuízo	(1.881)	(6.622)
Provisão para operações de crédito - saldo final	<u>41.996</u>	<u>44.365</u>
Créditos lançados em prejuízo e recuperados	544	5.074

O montante de créditos em prejuízo baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa R\$ 179.909 em 2012 (R\$ 174.134 em 2011).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2012			2011		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos Públicos Federais - LFTA	31.916	13.298	45.214	-	70.872	70.872
Cotas de fundo de investimento	112.810	-	112.810	307.282	-	307.282
	<u>144.726</u>	<u>13.298</u>	<u>158.024</u>	<u>307.282</u>	<u>70.872</u>	<u>378.154</u>

O montante de R\$ 45.214 em 2012 (R\$ 70.872 em 2011) refere-se a Letras Financeiras do Tesouro série "A" correspondendo a 68.479 títulos. Foram emitidos em 05 de maio de 1999 e o vencimento dar-se-á em 05 de maio de 2014. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, acrescida de 0,0245% a.m. A taxa de juros está incorporada à remuneração dos títulos, os quais estão sendo resgatados em 180 parcelas mensais e consecutivas.

O montante de R\$ 112.810 em 2012 (307.282 em 2011) refere-se a fundos de investimento em renda fixa, que estão aplicados no Banco do Brasil S.A.

6. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa anual depreciação	2012	2011
Edificações	4%	2.723	2.723
Móveis e equipamentos	10%	1.032	1.169
Equipamentos de comunicação	20%	18	417
Sistema de processamento de dados	20%	2.753	3.030
Sistema de transporte	20%	872	872
Terrenos		532	532
Direito de uso		9	11
		<u>7.939</u>	<u>8.754</u>
(-) Depreciações		(4.737)	(5.134)
Valor líquido		<u>3.202</u>	<u>3.620</u>

Intangível

	Taxa anual amortização	2012	2011
Sistema Sisbadesc		1.136	1.136
Direito de uso de softwares		293	293
		<u>1.429</u>	<u>1.429</u>
(-) Amortização Acumulada	20%	(1.404)	(1.362)
Valor líquido		<u>25</u>	<u>67</u>

7. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos captados para empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a FINAME, e outras instituições oficiais, como Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM e Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense – FADESC.

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

a. Juros Sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, foram provisionados no montante de R\$ 26.190 em 2012 (R\$ 7.310 em 2011) conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2012	2011
Base de cálculo		
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ e após CSLL	54.505	14.619
Limites		
Patrimônio Líquido pela variação da TJLP	26190*	27.488
50% do lucro acumulado do exercício	<u>27.252</u>	<u>7310*</u>
* Limite Utilizado		
Movimentação de saldo na conta Sociais e Estatutárias		
(+) Saldo de valores provisionados em exercícios anteriores	15.839	17.175
(+) Valores creditados no exercício (valor dos juros descontados IRRF)	24.147	6.740
(-) Valores pagos no exercício	(6.136)	(8.076)
Saldo final de juros sobre o capital próprio (Sociais e Estatutárias)	<u>33.850</u>	<u>15.839</u>

b. Exclusão do efeito dos juros na Demonstração de Resultados

O valor de R\$ 26.190 (R\$ 7.310 em 2011) creditado a título de juros sobre o capital próprio, assim como a economia tributária gerada no valor de R\$ 8.905 (R\$ 2.485 em 2011) foram ajustados no resultado do período, excluindo-se assim os seus efeitos na apresentação da Demonstração do Resultado conforme estabelecido pela Circular nº 2.739/97, do Banco Central do Brasil.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2012			2011		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
DIVERSAS						
Provisão para pagamentos a efetuar	3.141	-	3.141	2.894	-	2.894
Acordos e indenizações trabalhistas	1.382	855	2.237	1.803	1.681	3.484
Passivo atuarial	-	-	-	1.832	216	2.048
Provisão para passivos contingentes	-	11.865	11.865	399	15.861	16.260
Obrig. Venda ou Transf.						
Ativos Financeiros	2.610	-	2.610	1.277	-	1.277
Credores Diversos - País	3.061	318	3.379	3.017	319	3.336
	<u>10.194</u>	<u>13.038</u>	<u>23.232</u>	<u>11.222</u>	<u>18.077</u>	<u>29.299</u>

a. Acordos e indenizações

O montante total de R\$ 2.237 em 2012 (R\$ 3.484 em 2011) corresponde aos acordos e indenizações trabalhistas a pagar firmados com funcionários que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária – PDV, instituído pela Resolução nº 10 da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - Badesc, de 13 de abril de 1999.

b. Passivo atuarial

A Agência Badesc encerrou em dezembro/2012, os pagamentos correspondentes aos valores devido à Fundação Codesc de Seguridade Social – Fusesc, da qual é um dos patrocinadores, a título de insuficiência atuarial e despesas administrativas relativas aos benefícios a conceder do Plano de previdência Multifuturo II. O saldo apurado foi totalmente pago em parcelas mensais e sucessivas, calculadas pelo Sistema Francês de Amortização, considerando a taxa de juros de 0,5% ao mês e a atualização pela variação do INPC.

c. Provisão para Passivos Contingentes Classificados Como Perdas Prováveis

As contingências trabalhistas, cujo montante corresponde a R\$ 7.248 em 2012 (R\$ 11.138 em 2011) são provisionadas em valores estimados suficientes para fazer face à probabilidade de perda nos processos em andamento.

As contingências fiscais e de outras naturezas, cuja probabilidade de perda foi julgada provável pelos assessores jurídicos da Instituição, correspondem ao montante de R\$ 4.617 em 2012 (5.122 em 2011).

d. Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis

As contingências trabalhistas cuja probabilidade de perda foram julgadas possíveis pelos assessores jurídicos, alcançaram o montante de R\$ 100 em 2012 (R\$ 590 em 2011).

As contingências fiscais e de outras naturezas, cuja probabilidade de perda foi julgada possível pelos assessores jurídicos da Instituição, correspondem ao montante de R\$ 6.895 em 2012.

e. Passivos Contingentes Fiscais Classificados como Perdas Possíveis

Ao longo do exercício de 2010, a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE, representando as agências de fomento associadas, instituições financeiras assim consideradas pela legislação vigente, em face a notificação de uma de suas associadas, interpôs demanda judicial em caráter preventivo que versa sobre a sistemática de apuração do PIS e da COFINS das agências de fomento. Caso sejam

consideradas devidas as diferenças de alíquota, poderá representar uma despesa para a Instituição, estimada na data de 31/12/2012 em R\$ 10.889 (31/12/2011 em R\$ 9.741).

10. RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS DO PRONAF

O BNDES, conforme estabelecido na CARTA SUP/AGRIS nº 09/2012 iniciou a partir de abril/2012, um projeto para regularização financeira da carteira de operações Indiretas Automáticas firmadas no âmbito dos programas agropecuários do Governo Federal, inclusive do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Tal projeto estabeleceu a adoção de um conjunto de medidas que possibilitou a realização de um Encontro de Contas entre créditos e débitos recíprocos do Sistema BNDES e de cada Agente Financeiro.

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC possuía saldo financeiro junto ao BNDES e registrado em conta de passivo no grupo "Obrigações por Empréstimos e Repasses", relativo ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o qual foi objeto de conciliação junto ao BNDES no Encontro de Contas.

Como resultado parcial do Encontro de Contas, foram reconhecidos como Receita de Recuperação de Encargos e Despesas no primeiro semestre de 2012, tendo como base o saldo de obrigações do PRONAF no arquivo do projeto disponibilizado pelo BNDES relativo a junho/2012, os encargos de inadimplência do programa agropecuário BNDES/Auto/Pronaf que estavam registrados em conta de Obrigações por Empréstimos e Repasse, no valor de R\$ 16.477.

O saldo remanescente de obrigações no programa BNDES/Auto/Pronaf (R\$ 8.034), continuou sendo objeto de conciliação no decorrer do segundo semestre de 2012, entre a Agência e o BNDES, e ao final do Encontro de Contas apurou-se um saldo a pagar ao BNDES no valor de R\$ 3.368.

Diante do termo final do Encontro de Contas estabelecido pela CARTA SUP/AGRIS nº 31/2012-BNDES, o saldo remanescente de R\$ 4.666, que estava registrado em conta de Obrigações por Empréstimos e Repasse, foi reconhecido no mês de dezembro/2012 como Receita de Recuperação de Encargos e Despesas, tendo como base o arquivo disponibilizado pelo BNDES.

A reversão dos valores lançados em Obrigações Por Empréstimos e Repasses contra receita no total de R\$ 21.143 (R\$ 16.477 em 06/2012 + R\$ 4.666 em 12/2012), após descontados os impostos incidentes, representaram um incremento ao lucro líquido apresentado na Demonstração de Resultados, no total de R\$2.936 no 2º semestre de 2012 e R\$ 13.306 no exercício de 2012.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 490.205, totalmente integralizado, representado por 194.493 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Milhares de ações	
	Qtde. Ações	Percentual
Cia. Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	101.129	52,00%
Estado de Santa Catarina	92.949	47,79%
Prefeitura Municipal de Blumenau	31	0,02%
Prefeitura Municipal de Canoinhas	26	0,01%
Prefeitura Municipal de Criciúma	17	0,01%
Prefeitura Municipal de Videira	19	0,01%
Outros	322	0,17%
	194.493	100,00%

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Esta rubrica esta representada pelos seguintes valores, conforme estabelecidos na nota 3.i:

DISCRIMINAÇÃO	2012	2011
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações (+/-) Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	33.079	11.828
Diferenças Temporárias		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	8.029	36.873
Outras provisões	(4.734)	4.104
Perdas no recebimento de créditos	(8.701)	(8.988)
Indenizações trabalhistas	(5)	(8)
Passivo atuarial	(2.048)	(1.698)
Diferenças Permanentes		
Despesas não dedutíveis	1.233	841
Base de Cálculo do IRPJ	26.853	42.952
Imposto de renda à alíquota de 15%	4.028	6.443
Imposto de renda à alíquota adicional de 10%	2.661	4.271
Compensações de Incentivos	(164)	(127)
Total do IRPJ	6.525	10.587
Base de Cálculo da IRPJ	26.854	42.952
Despesas dedutíveis da base de cálculo da CSLL	100	50
Base de Cálculo da CSLL à alíquota de 9%	26.754	42.902
Total da Contribuição social	2.408	3.861

13. SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

14. ACORDO DA BASILÉIA

Os limites operacionais da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) respectivamente. Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	2012	2011
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)	79.653	115.507
Nível I	479.653	455.507
Patrimônio Líquido	479.653	455.507
Nível II	-	-
Deduções do Patrimônio de Referência	-400.000	-340.000
Destaque para Operações com o Setor Público	-400.000	-340.000
PRE - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO	51.146	40.944
Parcela de Risco de Crédito (PEPR)	38.296	28.436
Parcela de Risco Operacional (POPR)	12.850	12.508
RBAN	955	-
LIMITE (PRE+RBAN)	52.101	40.944
Margem = (PR - LIMITE)	27.552	74.563
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR X 100) / (PRE / 0,11)	17,13%	31,03%
ÍNDICE BASILÉIA AMPLO (Inclui RBAN)	16,82%	31,03%

15. GESTÃO DE RISCOS

Risco de Mercado

A área de gestão de riscos da Agência acompanhou dia-a-dia o VaR (*Value at Risk* – Valor em Risco) das carteiras de aplicação, tanto financeiras quanto de aplicação em operações, monitorando por meio de indicadores sua exposição aos riscos externos. O VaR não ultrapassou o limite definido pela Diretoria Colegiada, de 3% do PL da carteira de crédito.

Risco Operacional

Na gestão do Risco Operacional, há o constante mapeamento de processos para que sejam feitas as devidas vinculações e avaliações (impacto e frequência) dos riscos em relação aos mesmos. Com isso, o Badesc tem a oportunidade de visualizar o quadro completo de seus riscos operacionais e, assim, promover a gestão sistemática de cada um deles, de acordo com a especificidade de cada caso. No final de 2012 foi aprovado o Plano de Continuidade de Negócios, prescrevendo medidas detalhadas diante de possíveis ocorrências que possam interromper o funcionamento normal da Agência.

Risco de Crédito

No tocante ao Risco de Crédito, vem sendo monitorado o nível de provisionamento contábil por conta do risco de cada operação, sendo que esse valor vem caindo progressivamente, o que demonstra uma diminuição dos níveis de exposição da Agência quanto ao risco de inadimplência. Essa melhoria no perfil de risco das operações deve-se em boa parte ao aumento na participação das operações com as prefeituras municipais. Ao emprestar volumes cada vez mais expressivos para o setor público, o Badesc não só elevou a segurança na aplicação de seus recursos, como também fomentou a economia de muitos municípios catarinenses por meio de obras de infraestrutura de grande importância. Em relação às operações privadas, a Agência está estruturando todo um novo modelo de análise e formulação do conceito inicial de risco de crédito, bem como do conceito de revisão periódica das mesmas.

Risco de Liquidez

Atendendo aos termos da Resolução Bacen 4.090/2012, foi aprovado documento interno de políticas e estratégias de gerenciamento do risco de liquidez, entendido este, como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. No caso do Badesc, iniciou-se assim, todo um processo de acompanhamento de índices de liquidez, monitoramento de fluxo de caixa, diversificação de fontes e prazos, bem como diversos outros procedimentos visando dar maior segurança às finanças da Instituição.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro

O Badesc cumpre seu papel na prevenção a este tipo de crime, atendendo à Circular Bacen 3.461/09 e legislação específica sobre os crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens. Além disso, todos os funcionários do Badesc são orientados periodicamente para ajudar na prevenção aos referidos crimes. Em todo o ano de 2012 não houve nenhuma ocorrência realmente suspeita e relevante que fosse objeto de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Badesc e seus normativos encontram-se disponíveis na Gerência de Controle Interno e Riscos – GECOR.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se aproximam de seus correspondentes valores de mercado. Não tem sido prática da Instituição operar com derivativos financeiros.

17. PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Santa Catarina e Cia. de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – Codesc, conforme demonstrado na nota 11.

A Fundação Cultural BADESC foi criada pela lei estadual nº 13.438 de 15 de julho de 2005

sendo essa vinculada ao BADESC. Constitui receita da Fundação 6% do lucro líquido da Agência, conforme estabelecido no inciso X do artigo terceiro da referida Lei.

Os valores atribuídos às partes relacionadas estão abaixo descritos:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	2012		2011	
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Estado de Santa Catarina	Funcionários Adidos	(32)	(432)	(310)	(36)
	Juros sobre o Capital Próprio	(23.337)	(12.516)	(12.226)	(3.493)
CODESC	Juros sobre o Capital Próprio	(10.075)	(13.618)	(3.230)	(3.801)
Fundação Cultural Badesc	Custeio conforme lei estadual nº 13.438	-	(278)	-	(215)

A remuneração dos administradores no segundo semestre, incluindo os respectivos encargos sociais totalizou R\$ 499 em 2012 (R\$ 477 em 2011).

18. OPERAÇÕES DE VENDA OU TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

A Resolução n. 3.533, de 31 de janeiro de 2008, do Banco Central do Brasil, com vigência a partir de janeiro de 2009, estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Agência Badesc possui uma carteira vendida, com coobrigação, para o Banco do Brasil S.A.. Essas operações estão registradas em contas patrimoniais de operações de crédito e controladas em contas de compensação. O saldo em coobrigações no final do exercício é de R\$ 2.882 (R\$ 1.919 em 2011).

ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vice-presidente: **João Paulo Karam Kleinübing**
Conselheiro: **Paulo Roberto Barreto Bornhausen**
Conselheiro: **Miguel Ximenes de Melo Filho**
Conselheiro (*): **José Antônio de Mattos Neto**

CONSELHO FISCAL

Conselheiro: **Flávio Ervino Schuhmacher**
Conselheiro: **Fábio Allan Fiedler**
Conselheiro (*): **Edilon Gaidzinski Pereira**

(*) representantes dos acionistas minoritários

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente: **Nelson Marcelo Santiago**
Diretor Vice-Presidente e de Operações: **Luiz Antônio Ramos**
Diretor Administrativo e Financeiro: **Olívio Karasek Rocha**
Diretor de Desenvolvimento de Negócios: **Justiniano Francisco C. de Almeida Pedroso**

Responsável Técnico

Amauri Evaldo Nau
Contador / CRC-SC 022.767/0-1
CPF 445.216.779-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS
ADMINISTRADORES DA
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
S.A. – BADESC
FLORIANÓPOLIS – SC

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Recuperação de encargos do PRONAF

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, o BNDES, conforme estabelecido na CARTA SUP/AGRIS nº 09/2012 iniciou a partir de abril/2012, um projeto para regularização financeira da carteira de operações Indiretas Automáticas firmadas no âmbito dos programas agropecuários do Governo Federal, inclusive do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Tal projeto estabeleceu a adoção de um conjunto de medidas que possibilitou a realização de um Encontro de Contas entre créditos e débitos recíprocos do Sistema BNDES e de cada Agente Financeiro. O termo final do

Encontro de Contas estabelecido pela CARTA SUP/AGRIS nº 31/2012-BNDES, resultou na reversão dos valores lançados em Obrigações Por Empréstimos e Repasses contra receita no total de R\$ 21.143 mil, que após descontados os impostos incidentes, representaram um incremento ao lucro líquido do exercício no montante de R\$ 13.306 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a Resolução n. 3.533, de 31 de janeiro de 2008, do Banco Central do Brasil, com vigência a partir de janeiro de 2009, estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Agência BADESC possui uma carteira vendida, com coobrigação, para o Banco do Brasil S.A.. Essas operações estão registradas em contas patrimoniais de operações de crédito e controladas em contas de compensação. O saldo em coobrigações no final do exercício foi de R\$ 2.882 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de março de 2012, que não conteve ressalvas ou ênfases. Entretanto apresentou parágrafo de outros assuntos referente à auditoria do exercício de 2010, a posição da carteira vendida ao Banco do Brasil S.A. com coobrigação, e quanto à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Florianópolis, 19 de março de 2013.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S SC
PAULO FERNANDO MOREIRA
Contador CRC RS 12085 T SP S SC
CNAI Nº 1008
Sócio - Responsável Técnico